

Minas Gerais soma mais de 700 atividades que não necessitam de alvará e exigências normativas

Seg 25 julho

O governador Romeu Zema participou, nesta quinta-feira (21/7), em Lagoa Santa, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), da abertura do programa de qualificação de lideranças do varejo, realizado pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais (FCDL-MG).

O encontro faz parte do projeto Políticas Públicas 4.0 (PP 4.0), um convênio firmado entre a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O projeto une entidades e associados do Sistema CNDL e representantes do poder público em discussões em torno de questões essenciais para o desenvolvimento do setor varejista no país.

Simplificação

Durante pronunciamento, o governador falou da importância do papel do estado como facilitador e não um dificultador na vida da população e dos empresários. Diante de um público de quase 100 pessoas, Zema citou várias medidas que foram colocadas em prática visando a desburocratização e simplificação do estado.

Ele lembrou aos participantes que mais de 700 atividades classificadas como de baixo risco foram dispensadas de alvarás e exigências normativas, falou sobre a revogação de centenas de normas acessórias, revisão do regulamento do ICMS, além de citar melhorias nos processos internos.

Entre as empresas classificadas como de baixo risco e que não oferecem perigo à saúde e segurança da sociedade estão bares, padarias, salões de beleza, lojas de roupa, borracharias, entre outros empreendimentos.

“Minas tem adotado ações para diminuir a burocracia, alavancar o crescimento econômico, incentivar o empreendedorismo e gerar empregos”, afirmou.

O encontro também tem a função de qualificar lideranças do varejo para a realização de medidas de relacionamento institucional e governamental com foco no estímulo às articulações locais. Na prática, o PP 4.0 mobiliza líderes lojistas com o objetivo de garantir maior protagonismo do setor nas decisões que afetam diretamente os negócios junto aos poderes Executivo e Legislativo.

**Este conteúdo foi produzido durante o período de restrição eleitoral e publicado somente após a oficialização do término das eleições.*